

MEMÓRIAS HISTÓRICO-GENEALÓGICAS DOS TITULARES DO CEARÁ

Textos extraído do Dicionário das Famílias Brasileiras,
de 1999, revistos e ampliados pelo autor, em 2007.

Carlos Eduardo de Almeida Barata

Trabalho dedicado a um dos maiores genealogistas do Ceará, Dr. Raimundo Girão,
que deixou obra vastíssima sobre as famílias cearenses, hoje fundamental para
quem quer estudar a genealogia cearense.

ÍNDICE ONOMÁSTICO DOS TÍTULOS

Aquiraz, Barão de – ver Gonçalo Baptista Vieira,.
Aracati, Barão do - ver José Pereira da Graça.
Aratânia, Barão de – ver José Francisco da Silva Albano.
Camocim, Barão do – ver Gaminino Maia,.
Canindé, Barão de – ver Paulino Franklin do Amaral,.
Caupe, Visconde de – ver Severiano Ribeiro da Cunha,.
Crato, Barão do – ver Bernardo Duarte Brandão,.
Ibiapaba, Barão de – ver Joaquim da Cunha Freire,.
Icó, Visconde de – ver Francisco Fernandes Vieira
Jaguaribe, Visconde de – ver Domingos José Nogueira Jaguaribe,.
Mecejana, Visconde de – ver Antonio Cândido Antunes de Oliveira,.
Sabóia, Visconde de – ver Vicente Cândido Figueira de Saboia,
São Leonardo, Barão de – ver Leonardo Ferreira Marques,.
Sobral, Barão de – ver José Julio de Albuquerque Barros,.
Studart, Barão de – ver Guilherme Studart,.
Vasconcellos, Barão de – ver Rodolpho Sniith de Vasconcellos,.
Vieira da Silva, Visconde de – ver Luiz Antonio Vieira da Silva,.

BARÃO DE AQUIRAZ

GONÇALO BAPTISTA VIEIRA

Fazendeiro



Barão de Aquiraz - Título nobiliárquico passado, a 17.05.1871, pelo Imperador D.

ORIGEM DO TÍTULO

Título de origem antroponímica, tomado da localidade de igual nome - *Aquiraz*, na então província do Ceará. Na ordem cronológica, o primeiro município do Ceará, criado pela Ordem régia de 13.02.1699 e instalado em 1700, na sua primeira sede - o núcleo de Fortaleza. Em 1701, transfere-se a sede para a Barra do Ceará, lugar então denominado Vila-Velha, mas volta para Fortaleza em 1704. A ordem régia de 30.01.1711, executada em 1713, mandou transferir a sede para Aquirás, onde então permaneceu.⁽¹⁾

FAMÍLIA

BATISTA VIEIRA - Família estabelecida no Ceará, à qual pertence o Capitão-Mor de São Mateus, Gonçalo Batista Vieira.

Pai de:

- I-1. Gonçalo Batista Vieira, nasc. em 17.05.1819, no Arraial de São Mateus (hoje município de Cariús) na província do Ceará, e fal. em 10.03.1896, em sua residência, na Praça do Ferreira (que também foi sede da Empresa Luiz Severiano Ribeiro e hoje, Cine São Luís), em Fortaleza, Ceará.

Bacharel em Direito, pela Academia de Direito de Olinda, na turma de 1843. No ano de sua formatura, foi Diretor e acionista da Companhia Cearense Via-Férrea de Baturité. Nomeado Promotor do Crato-CE, em 01.1851, mas não chegou a exercer o cargo, por se lhe afigurarem mais necessários os seus serviços na política e na administração.

Político. Líder do Partido Conservador. Foi Deputado Provincial em nove legislaturas, sendo diversas vezes presidente da Assembléia. Deputado à Assembléia Geral na 16ª legislatura, pelo Ceará. Vice-Presidente da Câmara Imperial. Por ocasião da cisão do Partido, em 1871, motivado pela Lei do Ventre Livre, passou para o grupo resistente, conhecido como "Conservadores Miúdos", sob a direção do Conselheiro Paulino de Souza e outros.

Vice-Presidente da província do Ceará, durante quatorze anos ininterruptos. Foi, ainda, 1º, 3º e 4º Vice-presidente da Província. Membro do Conselho Diretor da Instrução Pública, em 02.01.1873. Participou, em 1888, a lista de candidatos ao Senado.

Cavaleiro da Ordem da Rosa. Foi agraciado pelo Imperador D. Pedro II, com o título de barão de Aquiraz, pelo Decreto de 17.05.1871.

Em 1880, foi sufragado para uma cadeira no Senado vitalício, mas com o advento da República, regime que jamais aceitou nem reconheceu, reuniu seus amigos, fez a fusão com o grupo do Dr. Nogueira Acioli, e passou a chefia ao Dr. Ildefonso Correia Lima, recolhendo-se, desde então, à vida privada. Ao completar 64 anos, reuniu toda a família no sítio Santana, no Alagadiço, em 17.05.1883, e deu carta de liberdade a todos os seus escravos, em número de 29, no que foi imitado pelos parentes, que chegaram a libertar 24 escravos.

Tornou-se um dos maiores acionistas da Estrada de Ferro de Baturité-CE, e de várias empresas comerciais e industriais do Ceará. Deixou uma fortuna avaliada, naquela época, em mais de "um milhão

de cruzeiros".

Está escrito no jornal «A República» de 11 de março de 1896, o que segue:

«Não era Batista Vieira um homem de ilustração: era, porém, de grande ponderação o que importava sabedoria entre os antigos, traduzindo prudência, tolerância e piedade para derramar benefícios e atrair bênçãos».(2)

Foi casado três vezes: as duas primeiras, com as irmãs Ana Fernandes Vieira e Senhorinha Fernandes Vieira, filhas do Visconde de Icó, da família Fernandes Vieira, do Ceará – também citadas neste estudo; e a terceira, em 1866, com a viúva Ana Angelina Bastos de Oliveira, nasc. em 01.09.1840, em Saboeiro, província do Ceará, e fal. em 21.07.1884, em Fortaleza, província do Ceará, filha do desembargador André Bastos de Oliveira. Ao se casar com o Barão, era viúva do Senador Miguel Fernandes Vieira, também filho do Visconde de Iço, irmão das duas primeiras esposas.(Dicionário das Famílias Brasileiras, Volume I, Tomo I, Batista Vieira).

Ana Angelina, das três esposas do deputado Gonçalo Batista Vieira, foi a única que teve o título de baronesa de Aquiraz, por seu casamento. Pais de (2.º matrimônio – Senhorinha):

- I-1. Senhorinha Baptista Vieira, casada com o doutor Antonio Augusto de Menezes, filho do capitão Rufino Antonio de Menezes, e de Úrsula Maria do Espírito Santo.

BARÃO DO ARACATI

JOSÉ PEREIRA DA GRAÇA

Magistrado



TÍTULO

Barão de Aracati - Título nobiliárquico passado, a 19.03.1887, pelo Imperador D. Pedro II.

ORIGEM DO TÍTULO

Título de origem toponímica, tomado ao lugar do mesmo nome - *Aracaty*, na então província do Ceará. Do tupi *a'ra ka'tü*, ar impregnado de mau cheiro, vento de maresia. José de Alencar tira de *a'ra* e *ka'tu*, tempo bom, e explica que os selvagens do sertão assim chamavam às brisas que sopram regularmente ao cair

da tarde, correndo e refrigerando o vale do Jaguaribe.

FAMÍLIA

PEREIRA DA GRAÇA - Importante família, de origem portuguesa, estabelecida no Ceará, para onde passou José Pereira da Graça, natural de Portugal, que deixou geração de seu cas., por volta de 1810, com Maria Cândida Carneiro Monteiro.

Pais de:

I-1. José Pereira da Graça Junior, nasc. em 14.03.1812, em Aracati, Ceará, e fal. em 29.01.1889, no Rio de Janeiro, na rua Conde de Baependi 45 – sepultado no Cemitério de São João Batista.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Academia de Olinda, província de Pernambuco, no ano de 1834. Magistrado: Juiz de Direito na comarca de Icó, província do Ceará. Desembargador do Tribunal da Relação do Maranhão, em 1857. Membro do Supremo Tribunal de Justiça, em 1876.

Político. Deputado Provincial em várias legislaturas e Deputado à Assembléia Geral, pelo Ceará, em duas legislaturas [1843 e 1850]. Na qualidade de 2.º Vice-Presidente da Província do Maranhão, nomeado a 20 de julho de 1870, assumiu o governo, tomando posse a 29 de agosto de 1871. Permaneceu na administração até a volta do titular, o Presidente Augusto Olímpio Gomes de Castro, que reassumiu em 14 de outubro daquele ano. Foi do Conselho do Imperador.

Agraciado pelo Imperador D. Pedro II, com o título de barão de Aracati, pelo Decreto de 19.03.1887.

Casado em 1833, no Recife – Pernambuco, com Maria Adelaide do Carmo de Alencastro, nasc. por volta de 1814, e fal. em 29.08.1875, no Maranhão - antes de seu marido ser agraciado com o título de barão de Aracati, portanto, não existiu baronesa de Aracati. Filha do Capitão de Engenheiros José Joaquim de Alencastro, e de Maria Eduarda Carneiro Leão (Dicionário das Famílias Brasileiras, Volume I, Tomo II, Pereira da Graça).

Bisneta do Sargento-Mor de ordenanças Jerônimo de Alencastro, natural da freguesia de Santa Eulália de Fafe, bispado de Guimarães, arcebispado de Braga.

Bisneta do Sargento-Mor Estevão Xavier Da Costa Veloso, português do Alentejo.

Terceira-neta de Jeronimo Dornelas de Menezes e Vasconcelos

Quarta-neta de Manuel de Azambuja.

Nona-neta de Jorge Furtado de Souza, que teve o hábito da Ordem de Cristo.

Nona-neta do brigadeiro Antonio de Oliveira, Cavaleiro Fidalgo da Casa Real de D.João III.

Décima primeira neta de João Gonçalves Botelho, o Tosquiado, escudeiro de El-Rei e morador em Rosto de Cão, onde fez um vínculo por testamento de 30.06.1513, aprovado a 02.07.1513, do qual foi o 1º Administrador seu filho

João de Arruda da Costa e último a 1ª Viscondessa da Praia.

Décima-terceira neta de Pedro Botelho, comendador-mor da Ordem de Cristo, que veio com sua gente socorrer a o rei dom João I na batalha de Aljubarrota aos 14 de agosto de 1385, como refere José Soares da Silva, acadêmico da real academia, nas Memórias de dom João I, tomo 3.º, Cap. 252, p. 1254.

Pais de:

- II-1. Eduardo Graça, nasc. cerca de 1834, e fal. em 06.06.1905, no Rio de Janeiro, solteiro.

- II-2. Heráclito de Alencastro Pereira da Graça, nasc. em 18.10.1836, em Icó, Ceará, e fal. em 16.04.1914, no Rio de Janeiro - sepultado no cemitério de São João Batista.

Heráclito Graça (H. de Alencastro Pereira da G.), advogado, magistrado, jurista, político, jornalista e filólogo, nasceu em Icó, CE, em 18 de outubro de 1837, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 16 de abril de 1914. Eleito em 30 de julho de 1906 para a Cadeira n. 20, na sucessão de Pedro Rabelo, foi recebido em 26 de novembro de 1919, pelo acadêmico Lauro Müller.

Era filho do conselheiro José Pereira da Graça, barão do Aracati, e de Maria Adelaide da Graça, e tio de Graça Aranha. Realizados os estudos primários e secundários, fez os preparatórios na cidade do Recife, onde se diplomou, em 1857, na Faculdade de Direito. Deixou já como acadêmico um rastro brilhante de sua extraordinária inteligência e dedicação aos estudos. Depois de formado, foi viver com a família no Maranhão, onde seu pai era desembargador. Exerceu a magistratura, começando como promotor de Justiça em São Luís. Findo o primeiro quadriênio, pediu demissão, consagrando-se à advocacia, à política e ao jornalismo.

Fez parte do Partido Conservador. Fundou A Situação, jornal em que defendeu as idéias do partido. Simultaneamente trabalhava em um semanário literário que também tinha a colaboração de Joaquim Serra, Gentil Braga, Trajano Galvão e outros. Não só no jornalismo político, senão no literário, via-se nele o futuro mestre da língua, tal o cuidado e esmero com que escrevia e a paixão que tinha pelos estudos da língua portuguesa.

Maranhense adotivo, elegeu-o o Maranhão representante na Câmara da província em duas legislaturas. Em 1868 foi eleito para a assembléia geral, legislatura 1869-1872; dissolvida esta, foi presidente da Paraíba. Reeleito deputado para a legislatura 1872-1875, e para a seguinte, que também foi dissolvida; foi designado para presidir o Ceará em fins de 1874.

Na Câmara, registrou-se a atuação que ele teve nos debates da reforma judiciária (1871), do recrutamento eleitoral (1875), da Lei do Ventre Livre. Na administração da Paraíba e do Ceará, exerceu o governo com correção e coerência a seus princípios. A probidade de caráter, a austeridade de suas medidas e a independência das atitudes o incompatibilizaram logo com as correntes políticas

dominantes.

Em 1877, voltou ao Rio de Janeiro, indo a princípio advogar em companhia de José de Alencar, de quem era grande amigo. Além de profundo conhecedor do vernáculo, era ainda jurista eminente, e, como tal, o barão do Rio Branco convidou-o para advogado do Brasil nos tribunais arbitrais com o Peru e a Bolívia, sendo depois disso nomeado consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores, cargo que ocupava quando faleceu.

Além de tantas atividades, era no estudo da língua que ele encontrava a maior satisfação, anotando pacientemente os clássicos e mais sistematicamente o Elucidário de Viterbo, ao fim do qual escreveu: "O Elucidário contém 6.143 vocábulos, foram acrescidos 7.457, perfazendo o total de 14.600." Isso mostra o seu grande saber e capacidade de trabalho, e também a sua modéstia, pois era avesso à publicidade do que escrevia e realizava. Mesmo o único livro que publicou, resultou de circunstância especial.

Logo que apareceram os três volumes das Lições práticas da Língua Portuguesa, de Cândido de Figueiredo, o filólogo Heráclito Graça publicou no Correio da Manhã, de 26 de fevereiro a 16 de novembro de 1903, sob a epígrafe "Notações filológicas", uma série de artigos de refutação àquele mestre, esmiuçando, com clareza e logicidade admiráveis, os problemas lingüísticos por ele tratados, não só nos mencionados artigos, mas ainda nos que publicou no Jornal do Commercio, sob o título "O que se não deve dizer". Em 1904, reuniu em volume o que ele próprio chamou de "meus pobres reparos a alguns pontos filológicos e vernáculos do Sr. Cândido de Figueiredo" no livro intitulado Fatos da linguagem: esboço crítico de alguns assertos do sr. Candido de Figueiredo.

Obra: Fatos da linguagem (1904). Nova edição, com prefácio do historiador Raimundo Girão, foi organizada em 1968, pela Secretaria da Cultura do Ceará.[\(3\)](#)

Casou duas vezes. Com geração dos dois casamentos, grande descendência, que deixo de citar. Sua segunda esposa é neta do brigadeiro João Paulo dos Santos Barreto, Oficial do Exército. Doutor em Ciências Físicas e Matemáticas. Professor da Academia Militar. Deputado Provincial e Geral. Conselheiro de Estado, nomeado a 24.10.1855. Presidente da Província de Minas Gerais, Ministro da Guerra e da Marinha.

- II-3. Abel Graça, nasc. em 20.01.1841, em Icó, Ceará, e fal. em 26.09.1897, no Rio de Janeiro, na rua Santo Amaro 43, sepultado no Cemitério de São João Batista.

Magistrado: Iniciou sua carreira como Promotor Público das Comarcas de Itapicuru Mirim e de São Luiz, ambas no Maranhão. Em 1868 foi nomeado Juiz Municipal na Comarca de Belém do Pará, onde aceitou o cargo de Juiz de Direito da Comarca de Santarém, da mesma Província, em 1871. Nesta ocasião, exerceu o cargo em comissão de chefe de Polícia do Pará no período de 22 de Setembro de 1870 a 16 de Novembro do mesmo ano. De Santarém foi

removido para a Comarca de Goiana, em Pernambuco, em judicatura, no ano de 1873. Demandou o Rio de Janeiro, onde exerceu o juizado, em Santa Maria Madalena, no ano de 1874; Resende, em 1875; e Niterói. Alcançou a desembargadoria no Tribunal de Relação de Belém, por ato Imperial de 3 de agosto de 1889. Administrou por duas vezes a Província do Pará, sendo que a primeira vez, na qualidade de Vice Presidente, tomou posse em 17 de Abril de 1870, onde permaneceu até 23 de Setembro do mesmo ano. Na segunda, foi nomeado 33º Presidente da Província, a 23 de Maio de 1871, tomando posse a 3 de Julho do mesmo ano, onde permaneceu até 19 de Julho do ano seguinte. Foi Deputado provincial no Ceará (Dicionário das Famílias Brasileiras, Volume I, Tomo II, Pereira da Graça).

Casado, com geração, que deixo de citar. Sua esposa é quinta-neta de José Caetano da Silva e Cunha, Gentil Homem de D. José (1714-1777); e sétima neta de Joaquim Vasques da Cunha, que foi Governador da Praça de Mazagão, na África.

- II-4. Benjamin Constant Pereira da Graça, nasc. em 04.04.1842, em Icó, Ceará, e fal. em 10.11.1917, no Rio de Janeiro - sepultado no cemitério de São João Batista.

Secretário do Interior do Espírito Santo e Cônsul Geral do Brasil em Iquitos, onde serviu por muitos anos.

Casado, com geração, que deixo de citar. Sua esposa é filha de Crispim Antonio de Miranda Henriques, Deputado Provincial. Procurador Fiscal do Tesouro Provincial. Deputado à Assembléia Geral pela Paraíba na 9.ª legislatura, de 03.05.1856 a 20.09.1856. Comissário Escolar em Santa Rita, onde passou a residir, e onde faleceu.

- II-5. General José Pereira da Graça Neto, nasc. em 05.05.1844, no Recife - Pernambuco, e fal. em 03.01.1900, no Rio de Janeiro, de tifo, na rua General Bruce 8 - sepultado no cemitério do Caju.

Casado com uma prima, com geração, que deixo de citar. Sua esposa é neta de Pierre Autran.

- II-6. Maria Eduarda de Alencastro Graça, nasc. cerca de 1846, e fal. em 21.01.1918, no Rio de Janeiro - sepultado no Cemitério de São João Batista. Solteira.

- II-7. Afonso de Alencastro Graça, nasc. em 06.03.1849, em Quixeramobim, Ceará, e fal. em 01.06.1913, em Montreux - Suíça. Oficial da Marinha de Guerra Brasileira.

Aspirante a Guarda-Marinha em 28.02.1865. Guarda-Marinha em 30.11.1868. Promovido a 2º Tenente em 28.12.1870. Conquistou durante o curso na escola Militar o primeiro lugar entre

os seus colegas e apenas 2.º Tenente já servia de professor de História e Tática Naval, Hidrografia e Direito Internacional à turma de guarda-marinhas de 1871 a 1872 em viagem aos Estados Unidos e à Europa. Exerceu muitas comissões de alta importância, com zelo e proficiência.[\(4\)](#)

Promovido a 1.º Tenente em 24.12.1873; a Capitão-Tenente em 01.12.1882; a Capitão de Fragata em 08.05.1890; e a Capitão de Mar e Guerra em 09.08.1894. Chegou a Contra-almirante da Armada. Membro efetivo do Conselho Naval nomeado em 02.05.1898.

Casou, com geração, que deixo de citar. Sua esposa é neta do citado brigadeiro João Paulo dos Santos Barreto, Oficial do Exército. Doutor em Ciências Físicas e Matemáticas. Professor da Academia Militar. Deputado Provincial e Geral. Conselheiro de Estado, nomeado a 24.10.1855. Presidente da Província de Minas Gerais, Ministro da Guerra e da Marinha.

- II-8. Maria da Glória de Alencastro Graça, nasc. cerca de 1850, e fal. em 26.03.1927, no Rio de Janeiro. Casou, com geração, que deixo de citar.
- II-9. Maria do Carmo de Alencastro Graça, nasc. cerca de 1851, no Ceará, e fal. em 22.03.1910, no Rio de Janeiro. Casou, com geração, que deixo de citar.
- II-10. Adolfo de Alencastro Graça, nasc. em 02.1856, em Aracati – Ceará. No ano do seu nascimento, foram batizadas 1017 pessoas em Aracati, das quais 951 eram livres, e 66 escravos. Fal. em 04.01.1890, no Rio de Janeiro, na rua dona Luiza 6 - sepultado no cemitério de São João Batista. Capitão do Exército e republicano histórico. Casou, com geração, que deixo de citar. Sua esposa é descendente de família de povoadores da Cidade do Rio de Janeiro, no século XVI.
- II-11. Henrique Graça, nasc. cerca de 1857, em Aracati – Ceará, e fal. em 29.09.1929, no Rio de Janeiro. Casou com uma prima, com geração, que deixo de citar. Sua esposa é neta de Pierre Autran.

BARÃO DE ARATANHA

JOSÉ FRANCISCO DA SILVA ALBANO
Negociante

TÍTULO

Barão de Aratanha - Título nobiliárquico passado pelo Imperador D. Pedro II, a 03.12.1887

ORIGEM DO TÍTULO

Título de origem antroponímica, tomado da localidade de igual nome - Serra de Aratanha, na então província do CE. Tornou-se sobrenome de família: *Aratanha*, o que torna a família deste sobrenome, de origem nobiliárquica.

Do tupi a'ratanha, o bico do papagaio. José de Alencar, em Iracema, já dava este significado, com a explicação: o alto do cabeça da serra se curva, à semelhança do bico adunco da arara.

FAMÍLIA

ALBANO – A Família Albano é uma das muitas estudadas pelo grande genealogista cearense Dr. RAIMUNDO GIRÃO, que nos legou a sua genealogia, publicada em sua obra *Famílias de Fortaleza*, em 1975.

Nome de homem e sobrenome, provável patronímico. Do lat. *Albanu*, derivado do adjetivo *albus*, branco, ou do adjetivo *albanus*, natural de Alba (Longa). Diversas foram as famílias que se utilizaram do nome de um antepassado para, em forma de homenagem, usá-los na forma de um sobrenome.

Importante família estabelecida no Ceará, que teve princípio no Sargento-Mor Albano da Costa dos Anjos, nasc. por volta de 1760 e fal. em 1822, membro da antiga família Costa dos Anjos, da Bahia.

Depois de residir em Arronches (Parangaba), estabeleceu-se na serra da Aratanha (Pacatuba), com importantes propriedades agrícolas abrangendo a maior parte daquela Serra.

Deixou numerosa descendência do seu casamento, a 30.10.1783, com Josefa Rodrigues da Silva, nasc. em 11.09.1764, e fal. em 31.05.1837, filha de João da Silva Salinas e de Jerônima Rodrigues de Jesus. Deste casal descendem as importantes famílias Albano, Aratanha e Costa e Silva, do Ceará.

Os Albanos, vão descender, sobretudo, de sua filha Maria Francisca da Costa e Silva, nasc. em 1802, e fal. em 28.05.1842, na rua Formosa, onde residia com o esposo e filhos, deixando a estes, além de vários prédios urbanos, uma sorte de terra na serra de Aratanha, herança que fora de Da. Josefa, aos escravos Jacinto, Davi, Agostinha e Bárbara. Também chamada Maria Angélica da Silva. Deixou numerosa descendência do seu cas., em 1829, com o comerciante e proprietário Manuel Francisco da Silva, nasc. cerca de 1798, na Vila de Valzím (Povoá de Varzim), no Reino de Portugal, e fal. em 05.04.1898, na sua casa de morada na rua da Palma, vitimado por uma ferida na perna. Filho de José Francisco e de Maria da Cunha. Os filhos do casal, que se assinavam Costa e Silva, ou somente Silva, a fim de se distinguirem de outros Silvas, homônimos, descendentes de um parente Antônio Francisco da Silva, acrescentaram aos seus nomes o de Albano, como forma de identificação de seu tronco genealógico, ou seja, eram descendentes do ramo do Sargento-Mor Albano da Costa, avô materno deles.

Entre os descendentes do citado casal, Manuel Francisco e Maria Francisca, cabe registrar o filho, o barão de Aratanha, José Francisco da Silva, nasc. em 21.05.1830, em Fortaleza, então província de Ceará, e fal. em 13.06.1901,

Fortaleza, Ceará. O órfão José, depois de falecido seu pai, foi praticar como caixeiro de José Smith de Vasconcelos na cidade de Sobral e depois se empregou no comércio de Fortaleza. Passou assinar-se José Francisco da Silva Albano, para diferenciar-se de seus primos.

Comerciante e filantropo. Empresário. Formou com seu irmão Manuel Francisco, a firma Albano & Irmão, com estabelecimento denominado «*Loja do Povo*», depois «*Casa Albano*», de artigos de importação - fazendas nacionais, inglesas, alemãs e francesas [1852]. Grande Benemérito da Santa casa de Misericórdia de Fortaleza, em cujo salão de honra figura o seu retrato a óleo (Raimundo Girão, A Família Albano,, em *Famílias de Fortaleza, Ceará, 1975, pp. 17-41*).

Foi agraciado, por Decreto de 03.12.1887, com o título de barão de Aratanha. Cavaleiro de São Gregorio Magno, de Roma, por decreto de 17.05.1870.

Foi casado com sua prima Liberalina Teófilo da Costa e Silva, nasc. cerca de 1836, e fal. em 07.08.1900, foi baronesa de Aratanha, filha de José Antônio da Costa e Silva e de Maria do Carmo Teófilo.

Pais de:

- I-1. José Albano Filho, nasc. em 27.08.1855, em Fortaleza, Ceará. No ano do seu nascimento, foram batizadas 1185 pessoas em Fortaleza, das quais 1148 eram livres, e 37 escravos. Faleceu em Fortaleza, em 13.03.1916. Comerciante. Cônsul da Alemanha no Ceará. Destacado Abolicionista. Casado em 07.05.1881, no Rio de Janeiro - Capela do Colégio Imaculada Conceição, bairro de Botafogo, com Maria Justina de Abreu, nasc. em 06.08.1859, e fal. em 18.02.1907, em Lisboa, Portugal, filha de Ildefonso José de Abreu e de Josefina Zulmira de Mendonça (Raimundo Girão, A Família Albano,, em *Famílias de Fortaleza, Ceará, 1975, pp. 17-41*) Com geração, que deixo de citar.
- I-2. Maria Teófilo Albano, casada em 23.08.1879, com o engenheiro Antonio Epaminondas da Frota, nasc. cerca de 1855, terceiro-neto de Vitorino Gomes da Frota, natural de Peniche-Portugal; e terceiro neto de Domingos da Cunha Linhares, natural da freguesia de Santa Marinha de Linhares, Arcebispo de Braga. Com geração, que deixo de citar.
- I-3. Antonio Xisto Albano, nasc. em 06.08.1859, em Fortaleza, Ceará. No ano do seu nascimento, foram batizadas 931 pessoas em Fortaleza, das quais 860 eram livres, e 71 escravos. Ainda, entre os 931 batizados para o ano de 1859, 680 foram frutos de casamentos legítimos, e 251 foram ilegítimos. Fal. em 22.02.1917, em Fortaleza, Ceará, como Bispo Titular de Betsaida. Após freqüentar outros colégios na Europa, entrou em 1880 para o Seminário de S. Sulpício, de Paris, recebendo ali a ordenação sacerdotal das mãos do cardeal Richard, Arcebispo de Paris, em 30.05.1885. Foi vigário da igreja do Sagrado Coração de Jesus, de Fortaleza, e mais tarde nomeado Bispo do Maranhão, em 18.03.1901, múnus que renunciou em 1906, retornando para o Ceará (Raimundo Girão, A Família Albano, em *Famílias de Fortaleza, Ceará, 1975, pp. 17-41*).
- I-4. João Tibúrcio Albano, nasc. em 11.08.1860, e fal. em 05.07.1924. Comerciante, proprietário da loja de vendas "*A Libertadora*", na rua da Boa Visata (Floriano Peixoto), então n.º 48, onde depois se ergueu o Edifício Sul América. Residia no bairro do Alagadiço, na chácara "*Nous Autres*" (Raimundo Girão, A Família Albano,, em *Famílias de Fortaleza, Ceará, 1975,*

pp. 17-41). Casado em 14.06.1890, com Ines de Sá Viana, nasc. em 02.01.1865, e fal. em 17.02.1937 - de família maranhense. Com geração, que deixo de citar.

I-5. Júlia Teófilo Albano, nasc. cerca de 1863, e fal. em 25.07.1885, solteira, aos 22 anos de idade.

I-6. Maria de Jesus Albano, religiosa.

BARÃO DO CAMOCIM

GEMINIANO MAIA

Negociante

TÍTULO

Barão de Camocim (título português) - Título nobiliárquico passado pelo Governo de Portugal, por decreto de 13.04.1893 e por carta de 25.04.1893 a favor de Geminiano Maia.

ORIGEM DO TÍTULO

Título de origem toponímica - «*Rio que vem da serra da Ibiapaba; passa pela cidade de Granja, e com 50 leguas de curso desagua no oceano 7 leguas ao poente de Jericuacoara, em 3.º 12'de lat. e 43.º 7'de long.; é navegável até perto da cidade da Granja 7 leguas e forma na barra um bom porto para sumacas, que ahi craregão muito algodão, couros e outros generos do paiz. Os vapores da companhia Maranhense e Pernambucana entrão nella 2 vezes por mez cada um. O porto chama-se Camocim, o rio para cima chama-se Curiahú. Barra do Camocim - na costa 7 leguas abaixo da cidade da Granja: forma o melhor porto desta provincia, onde tem entrada franca, fundo, espaço para qualquer navio mercante, e dá desembarque á pranchas. É assaz frequentado, e é escala dos vapores das companhias do Maranhão e Pernambuco. Povoação de Camocim - na freguezia da Granja, 6 leguas da cidade, na barra do rio Camocim.*» (Escrito em 1861, trinta e dois anos antes da concessão do título - Thomaz Pompeo de Souza Barsil - Dicionário Topographico, p.8).

FAMÍLIA

Geminiano Maia, nasc. em 02.02.1847, em Aracatí, então província do Ceará, e fal. em 20.10.1916, em Fortaleza, Ceará (Raimundo Girão diz 25.10.). Filho de Cosme Afonso Maia e de Teresa de Jesus.

Grande comerciante e proprietário em Fortaleza. Capitalista filantrópico, vice-cônsul da Rússia e da Bolívia, em Fortaleza. Foi Vice-Presidente da Província do Ceará. Foi agraciado por D. Carlos, Rei de Portugal, pelo decreto de 20.04.1893, com o título de barão de Camocim.

Casado em 30.09.1878, em Ile de France, Paris, França, com Rosa Nini Liabaster, baronesa de Camocim, nasc. em 01.05.1856, em Bordeaux, França, e fal. em

20.05.1917, em Fortaleza, Ceará (5). Tiveram três filhos, dois falecidos na infância.

Pais de:

- I-1. Cecília de Roseville Liabaster Maia, *Ceci*, nasc. por volta de 1884, em Paris, França. Casada em 22.11.1911, em Fortaleza, Ceará, com Maximiano Leite Barbosa Filho, nasc. em 08.09.1889, em Fortaleza, Ceará - onde foi vice-cônsul do Uruguai, em 1927. Filho de Maximiano Leite Barbosa, Industrial e comerciante; diretor, em 1912, da Associação Comercial do Ceará; e um dos diretores da M.L.Barbosa & Cia.

Pais de:

- II-1. Newton Leite Barbosa, nasc. em 02.10.1912, em Fortaleza, Ceará, onde casou em 24.10.1935, com Elza Pequeno - com geração, que deixo de citar.
- II-2. Carmen Leite Barbosa, nasc. em 06.01.1916, em Fortaleza, Ceará, onde casou em 21.09.1935, com Lauro Vieira Chaves, Médico - com geração, que deixo de citar.
- II-3. Lígia Leite Barbosa, nasc. em 26.07.1917, em Fortaleza, Ceará. Casada em 19.10.1935, com o dr. João Gabriel Perboyre Quinderé, advogado, secretário da Junta Comercial - com geração, que deixo de citar.
- II-4. Ilma Leite Barbosa, nasc. em 14.05.1919, em Fortaleza, Ceará, onde casou em 24.05.1941, com Audizio Pinheiro.
- II-5. Neide Leite Barbosa, nasc. em 14.12.1920
- II-6. Lucí Leite Barbosa, nasc. em 07.03.1923
- II-7. Aila Leite Barbosa, nasc. em 14.03.1925.
- II-8. Olga Leite Barbosa, nasc. em 04.12.1926.
- II-9. Heitor Leite Barbosa.
- II-10. Maria de Lourdes Leite Barbosa

(1) O Ceará - Antoni Martins Filho e Raimungo Girão. Editora Instituto do Ceará, 3.^a Edição., 1966, 544 páginas - Capítulo Aquirás, pág. 49.

(2) <http://www.al.ce.gov.br/institucional/expresidentes/expresidentes.htm>

(3) Gentileza Academia Brasileira de Letras www.academia.org.br - para a página <http://www.biblio.com.br/>

(4) O Ceará - Antoni Martins Filho e Raimungo Girão. Obra citada - Capítulo Quixeramobim, pág. 464

(5) Dicionário das Famílias Brasileiras, Volume I, Tomo II, Maia